

CADERNOS EBAPE.BR

Cadernos EBAPE.BR

E-ISSN: 1679-3951

cadernosebape@fgv.br

Escola Brasileira de Administração

Pública e de Empresas

Brasil

Vizeu, Fábio; Macadar, Marie Anne; Reis Graeml, Alexandre
Produtivismo acadêmico baseado em uma perspectiva habermasiana
Cadernos EBAPE.BR, vol. 14, núm. 4, octubre-diciembre, 2016, pp. 984-1000
Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas
Rio de Janeiro, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=323248906009>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc



Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe , Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Produtivismo acadêmico baseado em uma perspectiva habermasiana

FÁBIO VIZEU

UNIVERSIDADE POSITIVO / PROGRAMA DE MESTRADO E DOUTORADO EM ADMINISTRAÇÃO E UNINTER, CURITIBA – PR, BRASIL

MARIE ANNE MACADAR

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL / PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, PORTO ALEGRE – RS, BRASIL

ALEXANDRE REIS GRAEMI

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ / PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMPUTAÇÃO APLICADA E PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, CURITIBA – PR, BRASIL

Resumo

Este artigo argumenta que a questão da ética na prática acadêmica deve ser tratada com o mesmo cuidado adotado em outras práticas profissionais. Na verdade, uma dificuldade no debate sobre ética na prática acadêmica é desconsiderar que esta também consiste em uma prática social condicionada pelos mesmos problemas que a sociedade contemporânea enfrenta, especialmente em sua dimensão econômica. Nesse sentido, discute-se o utilitarismo na prática acadêmica com base no referencial da ética discursiva de Jürgen Habermas, explorando algumas inquietações sobre o produtivismo acadêmico brasileiro. Metodologicamente, usa-se o ensaio teórico como procedimento argumentativo, visando à construção de um texto menos formal e mais provocativo, instigando a reflexão e o debate, no meio, das questões pontuadas. Especificamente, observamos o problema da valorização quantitativa da produção sem a consideração da qualidade do trabalho acadêmico associado à tentativa de mensuração da atividade acadêmica, além da falta da devida reflexão sobre os valores ético-morais que circunscrevem a atividade científico-educacional no Brasil. Por último, para ilustrar a perspectiva apresentada, recorremos a situações hipotéticas da prática acadêmica e fazemos inferências sobre quatro correlações entre a orientação pragmática e questões éticas, considerando o constructo habermasiano da ação estratégica.

Palavras-chave: Produtivismo acadêmico. Habermas. Ética discursiva.

Academic productivism based on a Habermasian perspective

Abstract

This article argues that the issue of ethics in academic practice must receive the same attention dedicated to it in other professional practices. In fact, a difficulty faced in the debate concerning ethics in academic practice is the attitude of disregarding that the latter also consists in a social practice, conditioned by the same problems faced by contemporary society, especially in its economic dimension. Thus, this paper discusses Utilitarianism in academic practice, having Jürgen Habermas's discursive ethics framework as a basis, and exploring some concerns about Brazilian academic productivism. Methodologically, the theoretical essay format is used as an argumentative procedure in order to build a less formal and more provocative text, instigating reflection and debate, within the scenario, on the indicated issues. Specifically, we notice the problem of quantitative appreciation of production without regard to the quality of academic work as an attempt to measure academic activity, as well as a lack of adequate reflection about the ethical and moral values encompassing the scientific and educational activity in Brazil. At last, to illustrate the perspective presented, we resort to hypothetical situations of academic practice, and make conjectures about four correlations between its pragmatic framework and ethical issues, taking into account the Habermasian construct of strategic action.

Keywords: Academic productivism. Habermas. Discursive ethics.

Productivismo académico con base en una perspectiva habermasiana

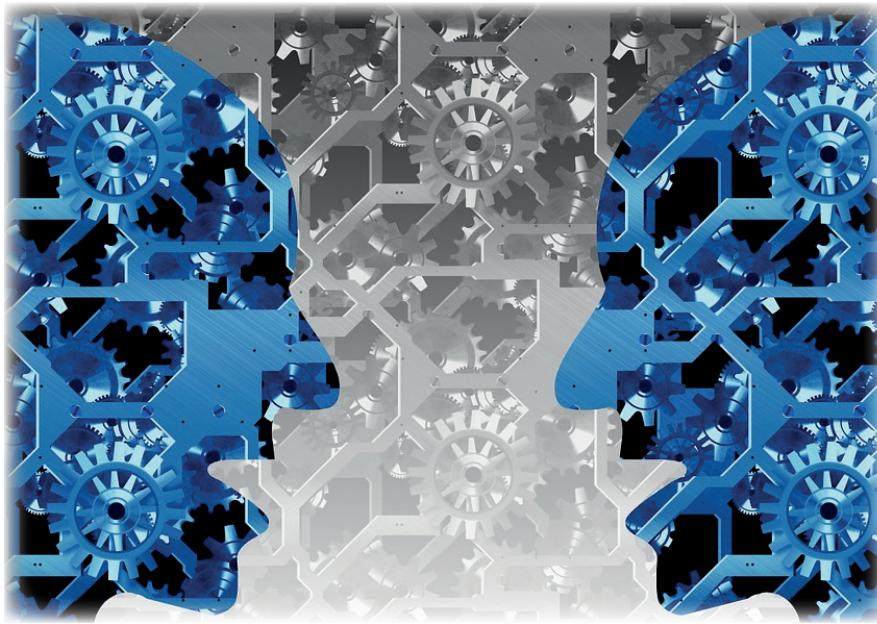
Resumen

En este artículo se argumenta que se debe tratar la cuestión de la ética en la práctica académica con el mismo cuidado adoptado en otras prácticas profesionales. De hecho, una dificultad en el debate sobre la ética en la práctica académica es no tener en cuenta que también se compone de una práctica social condicionada por los mismos problemas que enfrenta la sociedad contemporánea, especialmente en su dimensión económica. En este sentido, se discute el utilitarismo en la práctica académica basada en el marco de la ética del discurso de Habermas, la exploración de algunas preocupaciones sobre el productivismo en el medio académico brasileño. Metodológicamente, se utiliza el ensayo teórico como procedimiento argumentativo, con el objetivo de construir un texto menos formal y más provocativo, instigando la reflexión y el debate, dentro del escenario, sobre las cuestiones señaladas. En concreto, hemos observado el problema de la valoración cuantitativa de la producción sin tener en cuenta la calidad del trabajo académico asociado con el intento de medir la actividad académica y la falta de una adecuada reflexión sobre los valores éticos y morales que circunscriben la actividad científica y educativa en Brasil. Finalmente, para ilustrar el enfoque que se plantea, se recurrió a las situaciones hipotéticas de la práctica académica y se hicieron inferencias acerca de las correlaciones entre la orientación pragmática y las cuestiones éticas, teniendo en cuenta el constructo habermasiano de la acción estratégica.

Palabras clave: Productivismo académico. Habermas. Ética del discurso

Artigo submetido em 28 de outubro de 2014 e aceito para publicação em 12 de fevereiro de 2016.

DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1679-395137603>



INTRODUÇÃO

A presença marcante do tema “ética” na discussão e na reflexão sobre a atividade da academia, tanto em seus canais internos (congressos e revistas acadêmicas) quanto nos independentes (mídia em geral e órgãos governamentais), demonstra claramente a relevância de sua discussão. Contudo, não é possível dizer que o debate em torno dessa questão aponte para um entendimento consensual sobre como o acadêmico pode orientar sua prática profissional eticamente, até porque os problemas e dilemas éticos têm-se ampliado e modificado com o passar dos anos.

De certo, mesmo considerando a importância de pensar nas consequências éticas das ciências da natureza (SANTOS, 2000), é nas ciências sociais que o debate ético atinge um patamar especialmente problemático (ALCADIPANI e HODGSON, 2009). As ciências sociais produzem um tipo de saber cujas implicações são mais graves, no longo prazo, para a vida social, pois o conhecimento por estas gerado pode assumir papel significativo na vida política, nas relações de trabalho, na cultura e mesmo na constituição de referências e modelos mentais que legitimam ou tornam naturais padrões de comportamento humano (THOMPSON, 2000; SANTOS, 2000).

Assim, a ética na prática acadêmica deve ser tratada com o mesmo cuidado que lhe é dispensado em outras práticas profissionais. Na verdade, uma dificuldade no debate sobre ética na prática acadêmica é a usual desconsideração de que o fazer acadêmico também consiste em uma atividade produtiva, com forte relação com a dimensão econômica da vida social e que, justamente por isso, também é condicionada pelos mesmos problemas que a sociedade contemporânea enfrenta quanto à complexa relação entre aspectos culturais, políticos e econômicos das ações humanas. Ou seja, o pesquisador-cientista é, tanto quanto o operário ou o homem de negócios, um indivíduo pressionado pela lógica produtivista da sociedade de mercado e, embora isso tenha graves implicações éticas (RAMOS, 1989), a questão parece não estar na pauta dos debates sobre a ética acadêmica.

Assim sendo, o objetivo deste ensaio é discutir a ética na academia sob o prisma da relação entre a ética e o pragmatismo, que se manifesta especialmente na lógica produtivista da racionalidade econômica, hegemônica na sociedade contemporânea. Nossa argumento principal é que a crescente pressão pelo produtivismo no meio acadêmico da área de Administração e o consequente comportamento oportunista que dela advém refletem a forma como a racionalidade instrumental se sobrepon-

* Fonte da imagem: Pixabay. Disponível em <https://pixabay.com/pt/troca-de-ideias-gear-engrenagens-222790/>. Acesso em 21 set. 2016.

a outras formas de pensar, nas sociedades capitalistas contemporâneas. Nesse sentido, parte-se da premissa de que a falta de ética na modernidade está relacionada à hegemonia do utilitarismo na contemporaneidade (RAMOS, 1989; ENRIQUEZ, 1997) e que este, por sua vez, se fundamenta na lógica produtivista engendrada pelo capitalismo e pelo racionalismo tecnico-cista da ciência (HABERMAS, 1984). Por conta disso, faz-se necessária maior discussão sobre critérios éticos para a comunidade acadêmica, desvinculados do consequencialismo da orientação utilitarista.

Na verdade, o problema da orientação racional-instrumental na predominância do utilitarismo no fazer acadêmico se estende a outras formas de consequencialismo característico da modernidade, seja o que se evidencia no pensamento filosófico sobre o desenvolvimento tecnológico e suas consequências para a humanidade e o planeta (SANTOS, 2009; 2012), seja o resultante de teorias contemporâneas da moral e do juízo, como as que fundamentam o consequencialismo jurídico (PETTIT, 1991). De acordo com o pensamento habermasiano, o problema em todos esses posicionamentos consequencialistas é considerar apenas a postura teleológica como critério do julgamento humano (HABERMAS, 1984; 1989a; 1989b; 1990). Todavia, não é intenção deste trabalho discutir o amplo debate no pensamento filosófico sobre as diferentes éticas consequencialistas²; apenas ensaiamos uma breve reflexão sobre o impacto de uma orientação utilitarista na atividade acadêmica e suas implicações para uma possível ética acadêmica. Para dar conta desse objetivo, optamos pela perspectiva habermasiana de ética discursiva, baseada em sua Teoria da Ação Comunicativa (HABERMAS, 1984; 1987), um corpo teórico orientado pela filosofia da linguagem.

Como sugere Habermas (1990), os limites do consequencialismo, como postura ética, se dão pela hegemonia da concepção cognoscente da racionalidade humana presente na filosofia analítica. Ao adotarmos como referência de análise a proposta de ética discursiva constituída por esse autor, seguimos a tradição wittgensteiniana de integração ontológica entre a linguagem e o social, que vê a racionalidade humana e a questão ética do ponto de vista relacional, constituída intersubjetivamente e representando uma construção psicológica e social.

É particularmente por tal motivo que entendemos ser a perspectiva habermasiana e sua posição em defesa de uma ética da ação comunicativa (ética do discurso, como denomina o próprio autor) frutífera para a crítica ao utilitarismo na prática acadêmica de Administração. Além disso, achamos importante destacar que, nesse campo acadêmico, Habermas tem sido amplamente usado como importante referência, em particular na abordagem denominada *Critical Management Studies* (VASCONCELOS, PESQUEUX e CYRINO, 2014; VIZEU, 2005; BURRELL, 1994). Finalmente, a Teoria da Ação Comunicativa tem-se apresentado como um importante corpo teórico para alguns dos autores deste artigo, constituindo-se uma referência teórica e metodológica para um amplo programa de pesquisa em Estudos Organizacionais e da Administração Pública e de Empresas no Brasil³.

Metodologicamente, adotamos a construção ensaística como procedimento de elaboração deste trabalho. Nesse sentido, vale ressaltar que a maioria dos acadêmicos da área de Administração parece perceber o ensaio teórico de forma limitada, considerando-o meramente uma revisão de literatura acadêmica ou de discussão teórica, eminentemente comprometida com a objetividade da concepção científica positivista. Neste trabalho, assumimos o método ensaístico, tomando-o como um procedimento geral de apresentação de ideias que vai além da construção de conhecimento hipotético-dedutivo, o qual se encontra preso ao formalismo protocolar que, por si só, legitima uma ideia como “verdade científica”.

Seguimos a perspectiva do que é um ensaio teórico apresentado por Meneghetti (2011a; 2011b), que salientam a liberdade retórica e argumentativa de um ensaio, o que contribui para o livre pensar, constituindo uma interlocução constantemente em aberto, que provoque mais indagações do que certezas. Conforme afirma Meneghetti (2011a, p. 322) em relação ao ensaio,

² Como bem nos lembrou um dos avaliadores *ad hoc* de *Cadernos EBAPE.BR*, a ética da virtude de tradição aristotélica é uma posição eminentemente contrária às perspectivas do consequencialismo, a qual também poderia ser adotada ao se discutir a ética na academia. Contudo, foge ao escopo deste trabalho uma discussão mais profunda sobre a contraposição entre a ética da virtude e as formas de consequencialismo aqui adotadas como lente teórica. Consideramos que a reflexão sobre a orientação pragmática no fazer acadêmico e como este pode ser observado à luz da perspectiva habermasiana da ética do discurso, concepção que adotamos desde o início, esteja plenamente justificada nos parágrafos que se seguem a esta Introdução.

³ Mais uma vez, agradecemos a um dos avaliadores a lembrança do trabalho de Karl-Otto Apel como outro importante autor frankfurtiano, que contribuiu decisivamente para a construção da perspectiva da ética do discurso e sua articulação com a crítica ao utilitarismo nas sociedades capitalistas. Realmente, como asseveraram vários comentadores da obra de Jürgen Habermas (como FREITAG, 1986), ele sofreu forte influência de Apel em sua obra, sendo a ação comunicativa considerada por muitos um conceito de autoria de ambos os frankfurtianos. Sem entrar no mérito da autoria da Ação Comunicativa e de sua ética do discurso, salientamos que optamos por Habermas para fundamentar nosso trabalho por conta de sua maior reputação na área de Administração e nas Ciências Sociais, de modo geral. Além disso, Habermas procura contribuir de forma mais contundente para a incorporação dos pressupostos da guinada linguística wittgensteiniana nas Ciências Sociais, produzindo um corpo teórico mais articulado, com importantes teorias sociológicas e da psicologia social (HABERMAS, 1987; 1989).

"sua força, apesar de não estar atrelada ao rigor metodológico, como acontece na produção científica, está na capacidade reflexiva para compreender a realidade".

Além desta Introdução, o artigo é composto de outros tópicos em que se discutem ética e pragmatismo, questões éticas na prática acadêmica e produtivismo na academia brasileira. Em seguida, são apresentadas algumas inquietações dos autores, que apontam para uma nova agenda de estudos sobre a ética acadêmica, em especial na área de Administração (mas não exclusiva a esse campo). Por fim, encerrando nosso esforço ensaístico, apresentam-se algumas considerações que incluem questões formuladas para instigar a reflexão e o debate pelos acadêmicos da área.

ÉTICA, MORAL E PRAGMÁTICA

Para tratarmos da ética e de sua relação com a ação pragmática à luz do modelo teórico habermasiano é preciso, antes, discutir uma forma particular de como esse conceito vem sendo discutido na filosofia, bem como estabelecer sua relação com outras questões também de ordem filosófica. Todavia, ao se tentar recuperar a discussão sobre ética na filosofia, ingressasse em terreno pantanoso, uma vez que envolve um intenso debate entre os filósofos de todos os tempos e que ainda está longe de proporcionar um entendimento consensual. Por isso, o esforço ora feito se restringe a premissas que permitem entender a essência da *ética discursiva* de Habermas. Esclarecemos que optamos por esse autor por conta de seu esforço em aproximar aspectos de ordem filosófica e o pensamento teórico desenvolvido nas Ciências Sociais⁴. Habermas oferece um argumento que permite a compreensão dos pontos de contato entre as condutas pragmática e ética, partindo da concepção discursiva da orientação moral. Como o próprio Habermas (1989a) afirma, seu modelo de ética discursiva é devedor da concepção kantiana de ética e moral, expressa na *Critica da razão prática* (KANT, 2002), em que o filósofo iluminista apresenta os fundamentos de uma concepção ética centrada na análise dos imperativos categóricos que regulam a vida prática.

Contudo, ao apresentar a perspectiva ética de Habermas, não se irá argumentar em favor de seu principal atributo ontológico, a concepção discursiva da vida prática, buscado pelo filósofo alemão na hermenêutica e na filosofia da linguagem (ARAGÃO, 1997). Por mais que essa omissão comprometa a ampla compreensão do arcabouço teórico de Habermas, se faz necessária para garantir a brevidade deste texto. De todo modo, não se acredita que represente um problema para a proposta de confrontar a conduta ética com a pragmática, uma das consequências de se pensar a ontologia da ação discursiva que Habermas propõe.

Assim sendo, parte-se do entendimento de Habermas (1989a) de que a ética na filosofia apresenta apenas duas grandes tradições, a aristotélica (que expressa a ética das virtudes) e a kantiana (ética deôntica). De acordo com o frankfurtiano, todas as outras perspectivas filosóficas sobre a ética se originam de uma dessas duas correntes. Ambas partem da reflexão sobre a razão prática, ou seja, os mecanismos mentais adotados pelos seres humanos para refletir sobre suas ações no mundo, no sentido de justificá-las psicologicamente, garantindo, assim, um estado psíquico em conformidade com essas ações. Todavia, Aristóteles funda sua ética em pressupostos universalistas que se expressam dogmaticamente, diferentemente de Kant, que sustenta seus argumentos de explicação da ética sobre a análise das condições procedimentais da prática humana (ANDERY, MICHELETTO, SÉRIO et al., 2007). Nesse sentido, Habermas segue o caminho de Kant, mas não se abstém de recorrer a elementos da ética aristotélica para fundamentar sua própria ética discursiva (HABERMAS, 1989a).

Sendo considerado o fundador da ética – a disciplina filosófica de reflexão sobre o comportamento reto, sobre o bem viver – Aristóteles constitui a noção de *éthos* (palavra grega que se refere ao “modo de ser”), partindo da concepção essencialista que dominou o pensamento clássico (ANDERY, MICHELETTO, SÉRIO et al., 2007). A concepção aristotélica reconhece na virtude a origem do bem e, consequentemente, a referência para o comportamento moral. Entretanto, essa concepção também enxerga na virtude um princípio universal, que independe da vontade, um elemento divino que existe na ordem universal para organizar a vida política do ser humano. A questão fundamental para se acessar essa referência universal de “como agir” é o desejo pelo bem. Para Aristóteles, trata-se do desejo imanente do homem por felicidade (FARIA, 1994; ANDERY, MICHELETTO, SÉRIO et al., 2007).

⁴ Como já mencionado, vários foram os motivos que nos levaram a optar pela perspectiva habermasiana neste trabalho, entre os quais os apresentados na nota anterior.

Habermas considera essa propensão ao bem como parte do processo de autodeterminação do sujeito, ou seja, o reconhecimento de si mesmo e o desejo de vir a ser algo, desejo esse manifesto em valores fortes, ou, dito de outra forma, valores existenciais, pois manifestam o desejo existencial de ser alguém com determinada conduta e de viver uma determinada forma de vida. Para ele, preferências fortes são “aqueelas valorações que não concernem apenas a disposições e inclinações ‘contingentes’, mas também à compreensão de si (*Selbstverständnis*) de uma pessoa, ao tipo de vida que tem, ao caráter” (HABERMAS, 1989a, p. 6).

Assim, para Habermas (1989a; 1989b), só pode ser considerada ética a conduta na qual se justifica a ação com base em valores que lastreiam a própria noção de “vir a ser” do indivíduo, sua consciência existencial de que pode ser alguém melhor, portanto sua busca pela felicidade, ou seja, a busca pelo bem. A conduta ética seria a conduta para o bem, porque se fundamenta em valores que orientam o indivíduo para essa descoberta particular do sujeito de “quem ele é” e de “quem ele deseja ser”.

A conduta moral, por sua vez, diz respeito ao desejo de fazer algo em conformidade com o desejo de uma coletividade. Revisitando diferentes perspectivas sociológicas e psicosociais, Habermas fundamenta seu argumento sobre a conduta moral de forma a promover uma interessante complementariedade entre a Filosofia e as Ciências Sociais (ARAGÃO, 1997). Assim sendo, a moral, na perspectiva de Habermas (1989a; 1989b) é o reconhecimento do outro, pois se traduz no imperativo categórico da *praxis social*, segundo a qual se precisa coordenar a própria existência no mundo às outras existências. Ou seja, a moral diz respeito à regulação da vida para conformá-la à coletividade em que se vive, razão pela qual se refere às normas sociais reguladoras da vida social. Assim, a conduta moral é regida pela noção do justo, ou seja, pela conformidade da ação com o interesse de todos. É preciso notar que a concepção de moral é relativista, pois condiciona a ação a valores compartilhados que não necessariamente são reconhecidos como “bons”, mas sim como “justos”. É por isso que se pode falar de “moral de criminosos” (HABERMAS, 1989b). Nesse raciocínio, uma objeção que se costuma fazer à definição de um referencial moral universal é que cada cultura constitui sua própria moral e não há, portanto, como julgar uma norma moral de uma determinada cultura com base em outra.

É por isso que a filosofia vincula a moral à ética (em especial o pensamento filosófico kantiano). Na verdade, para se obter a vida no bem – um esforço que não precisaria considerar o outro, pois é uma busca pessoal – faz-se necessário buscar a justiça, já que, para bem viver em sociedade, é necessário que se atenda ao interesse de todos (FARIA, 1994). Assim, quando se vincula o referencial ético individual ao referencial moral coletivo, os valores existenciais que sobressaem são aqueles que se referem às expectativas de regulação da vida coletiva (KANT, 2002). Habermas aponta para essa aproximação entre o referencial ético e o referencial moral na ideia de máxima:

As máximas constituem o ponto de intersecção entre ética e moral, porque podem ser julgadas simultaneamente sob os pontos de vista ético e moral. A máxima de praticar também uma vez uma manobra de engodo pode não ser boa para mim – isto é, quando não se enquadra à imagem da pessoa que gostaria de ser e que, como tal, quero ser reconhecido. A mesma máxima pode, simultaneamente, ser injusta – isto é, se sua obediência universal não for igualmente boa para todos (HABERMAS, 1989a, p. 9).

Em contraste com a conduta ética e a conduta moral, Habermas (1989a) considera a conduta pragmática como aquela cujas referências são as preocupações exclusivas com as condições e dificuldades particulares para o desempenho da ação.

Em tal sentido, todo esforço de realização ou ação envolve problemas de ordem pragmática, por exemplo: como usar os recursos disponíveis para a realização de algo? Como chegar ao resultado que se espera? Ambos os questionamentos são de essência teleológica, colocando a dimensão prática em um nível de instrumentalidade (algo que corresponde à racionalidade formal weberiana). A execução da ação também diz respeito à vontade imediata: vou caçar porque estou com fome, vou me deitar porque estou com sono, vou me defender para não morrer. Essas justificações pragmáticas, mesmo baseando-se na vontade do indivíduo que age, não são da mesma ordem da vontade de ordem ética (que se baseia em uma autoconsciência de ordem existencial) e da vontade de ordem moral (que se baseia na consciência da coletividade e no imperativo do ajuste da conduta do indivíduo à manutenção dessa ordem coletiva). Os interesses pragmáticos são de natureza egocêntrica e envolvem um tipo de agir estratégico. Na perspectiva de Habermas (1989a, p. 8):

Tarefas pragmáticas colocam-se da perspectiva de um agente que parte de suas metas e preferências. Deste ponto de vista, os problemas morais não podem surgir de maneira alguma, porque outras

pessoas têm apenas a importância de meios ou condições restritivas para a realização de um plano de ação respectivo a cada indivíduo. No agir estratégico os participantes supõem que cada um decide de maneira egocêntrica, segundo o critério de seus próprios interesses.

Desse modo, para Habermas (1984), o agir estratégico é aquele que se fundamenta na racionalidade instrumental, ou seja, é regido pelo cálculo utilitário da relação entre meios e fins, considerando-se exclusivamente o ponto de vista pragmático da ação (denominado por Habermas como êxito). Nesse tipo de agir, não está em julgamento a legitimidade de determinada ação pela sua conformidade com valores existenciais ou pelo julgamento do justo. O que se está julgando é a forma de agir em relação às questões contingentes da ação, às necessidades que emergem das condições nas quais a ação se realiza, mas que atendem a interesses particulares do agente.

Tal condição pragmática no agir do indivíduo, quando entra em conflito com as referências da conduta ética e da conduta moral, gera um conflito que é reconhecido pelo autor como um dilema ético, que, do ponto de vista da estrutura psicológica do ser humano, é resolvido em favor da ética e da moral (HABERMAS, 1989b). Entretanto, na modernidade ocorre uma inversão de ordem: a orientação pragmática passa a prevalecer sobre a orientação ético-moral. Essa inversão se explica pela predominância da orientação racional-instrumental neste período histórico, dada especialmente pela configuração do sistema institucional baseado na ordem econômica e científica que caracteriza o Estado moderno e o capitalismo (HABERMAS, 1984; RAMOS, 1989). Vários são os indicativos desses distúrbios sociais e psicológicos advindos da predominância de uma lógica pragmática, em detrimento das referências ético-morais, como sugere o próprio Habermas (1984, p. 369):

Os custos sociopsicológicos de uma racionalização restrita à dimensão cognitivo-instrumental – custos que são externalizados pela sociedade e deslocados para os indivíduos – aparecem de diferentes formas, variando de doenças mentais tratadas clinicamente, passando por neuroses, vícios, distúrbios psicossomáticos, problemas educacionais e motivacionais, até as ações de protesto das contraculturas esteticamente inspiradas, seitas religiosas e grupos criminosos marginais (agora incluindo também o terrorismo anarquista).

Tal estado de coisas, identificado pelos integrantes da Escola de Frankfurt com o problema da reificação da racionalidade instrumental na modernidade (ADORNO e HORKHEIMER, 1985), se faz sentir particularmente no contexto das organizações econômicas e sob os auspícios do *management* moderno (RAMOS, 1989; VIZEU, 2010). É por isso que se vê a banalização da injustiça social processada nas organizações produtivas, em que as relações de trabalho são esvaziadas de referencial ético em nome do interesse pragmático de uma racionalidade utilitária (DEJOURS, 2001). Em nome do êxito nas tarefas que os indivíduos são condicionados a executar eficientemente, deixa-se de lado o julgamento ético e moral, o critério de bem e de justo.

Em tal condição comportamental que a ordem econômica e científica da modernidade impôs à sociedade (RAMOS, 1989), observa-se cada vez mais a ruptura com o referencial ético-moral, e isso se faz sentir especialmente pela emergência da preocupação com a ética nas empresas, que ocorre em resposta à própria falta de legitimidade das ações empresariais na sociedade. Como sugere Enriquez (1997, p. 6):

O reaparecimento das preocupações éticas traduz o profundo mal-estar de nossas sociedades em consequência do triunfo da racionalidade instrumental que tende a fazer dos seres humanos objetos manipuláveis. Esta perversão da racionalidade manifesta-se particularmente nas empresas, que atualmente procuram integrar a preocupação ética dentro de seu funcionamento. Pode-se constatar que, agindo desta forma, elas têm como objetivo, na maior parte das vezes, desenvolver um forte consenso em torno de seus próprios ideais tanto de parte de seus membros quanto do conjunto do corpo social.

A lógica econômica, como fim em si mesma, como um valor superior a todos os outros, faz com que outras dimensões da vida social se subordinem às relações de mercado, traduzindo todos os contextos com os quais as pessoas se deparam na vida em questões de ordem econômica e utilitária (RAMOS, 1989). De acordo com essa perspectiva, as pessoas são compelidas a adotar um comportamento utilitarista, se envolvendo em um produtivismo engendrado pelas organizações econômicas (e que se faz presente mesmo nas organizações não econômicas). Só se é feliz à medida que se é bem-sucedido neste mundo regido por uma ordem utilitária, mesmo que isso represente a corrupção de referências éticas e morais. Negar essa ordem é sujeitar-se à marginalização (ENRIQUEZ, 1997, p. 8):

Pede-se a cada indivíduo que ele se torne um combatente, um herói, um “radar” capaz de se adaptar a todas as circunstâncias, e a populações inteiras que não tenham nada além do êxito econômico e pessoal como palavra de ordem. A conclusão é óbvia: aqueles que podem se adaptar a uma sociedade guiada por esses valores estão seguros de serem reconhecidos como sujeitos e participarem como cidadãos no funcionamento da sociedade. Os outros deverão se contentar (nas sociedades ocidentais) com formas de trabalho subalternas, ou então acabarão por pertencer à categoria dos desqualificados sociais (os chamados assistidos ou marginais).

Infelizmente, o mundo acadêmico não fica isento dessa tendência perversa de relegação da ética e da moral a um segundo plano. Na verdade, os acadêmicos – a despeito do valor emancipatório do conhecimento científico buscado pelo positivismo oitocentista (SANTOS, 2000) – também estão inseridos no universo do trabalho, cuja ordem reguladora é a lógica econômica da racionalidade utilitária. Isso justifica a intensa preocupação com a questão da ética neste campo, embora alguns elementos específicos precisem ser levados em consideração, como se discutirá adiante.

QUESTÕES ÉTICAS NA PRÁTICA ACADÊMICA

A questão da ética na atividade acadêmica vem sendo discutida há certo tempo, especialmente depois dos experimentos nazistas com cobaias humanas feitos durante a Segunda Guerra Mundial, que motivaram a preocupação em se criar fóruns de discussão na comunidade científica que servissem para a elaboração de códigos de ética (ALCADIPANI e HODGSON, 2009). Em complemento a esse esforço, também se verifica como uma preocupação de ordem ética o questionamento sobre as consequências da busca do conhecimento a qualquer preço, um comportamento legitimado pelo positivismo que foi repensado depois do advento da bomba atômica e a consequente insegurança resultante da Guerra Fria (SANTOS, 2000). Nas Ciências Sociais, a discussão sobre ética na prática acadêmica tem-se focado nos dilemas ético-morais que determinadas práticas de pesquisa podem apresentar (TAYLOR, 1987; MARSHALL e ROSSMAN, 1999; ALCADIPANI e HODGSON, 2009). Apesar desse debate, não se observam autores interessados em discutir questões éticas que advêm da orientação pragmática presente no fazer acadêmico.

Para citar algumas questões que, nas Ciências Sociais, costumam denotar problemas éticos, destacamos os problemas de acesso ao local de pesquisa, de respeito à integridade física e moral de seus participantes e de obtenção de consentimento de seus participantes, além do conhecimento pleno dos termos e da própria natureza da pesquisa. Mesmo que ainda de forma tímida, essas questões têm promovido o debate sobre a conduta do pesquisador social (MARSHALL e ROSSMAN, 1999; ALCADIPANI e HODGSON, 2009). O problema de tal debate é que geralmente não questiona ou pouco considera que tais questões envolvem a orientação pragmática que o pesquisador assume no cumprimento de sua atividade de pesquisa.

Recentemente Patrus, Dantas e Shigaki (2015) acrescentaram a essa discussão a dimensão solidariedade acadêmica, para eles fortemente atrelada ao produtivismo acadêmico. Questões éticas emergem dessa dimensão, como a situação por eles apresentada na qual muitos pesquisadores optam por não executar atividades que os afastem de alcançar metas pelas quais são avaliados (publicação), não dando importância a trabalhos voluntários (pareceres a revistas/congressos, bancas de mestrado/doutorado). Para esses autores, esse tipo de raciocínio ameaça o sistema como um todo, uma vez que “só existe produção científica porque há um sem-número de avaliadores que doam seu tempo, energia e *expertise* para avaliar o manuscrito” (PATRUS, DANTAS e SHIGAKI, 2015, p. 14).

Ou seja, para que possamos dimensionar melhor os problemas éticos na prática acadêmica em Ciências Sociais, devemos ter em conta que, do ponto de vista profissional, a pesquisa científica é um trabalho como outro qualquer e, por isso mesmo, sujeito às mesmas pressões pragmáticas que orientam outras atividades da vida econômica moderna.

Um caso relatado em um artigo sobre questões éticas na prática de pesquisa é emblemático para ilustrar essa omissão. Taylor (1987) apresenta sua própria experiência de pesquisa para pontuar como a ética se manifesta no trabalho de campo de pesquisadores de Ciências Sociais. Estudando o comportamento da equipe de atendentes de um hospital psiquiátrico norte-americano, o pesquisador se deparou com o abuso e a violência praticados pelos atendentes contra os internos. O autor descreve o horror que sentiu ao testemunhar essas práticas, bem como a frustração de perceber que algumas dessas foram

efetuadas por conta de sua presença. O dilema com que se deparou envolvia quatro possíveis escolhas: intervir diretamente para tentar impedir a prática abusiva dos atendentes; abandonar o trabalho de campo; denunciar a prática para autoridades ou jornais; ou continuar a pesquisa. O autor discute cada uma dessas opções usando argumentos pragmáticos, como: o fato de que sua intervenção não seria capaz de impedir o abuso ou que, se ele denunciasse aquele grupo em particular, isso não iria impedir que atendentes em outros hospitais (ou mesmo os que viessem a substituir os denunciados) praticassem novos atos de violência. Assim, o autor optou por continuar a pesquisa sem se opor ao abuso.

O argumento dado por Taylor (1987) para justificar sua escolha pela omissão em relação às práticas percebidas como abusivas e criminosas foi o poder que a pesquisa teria de transformar o mundo social. Ele sugere que iria ajudar mais os pacientes que sofrem violência publicando a pesquisa, levando em conta a capacidade de essa ação revelar o abuso para a sociedade. Todavia, o autor não menciona (e talvez sequer tenha percebido, segundo a lógica pragmática que adotou para refletir sobre a situação) o fato que a grande diferença entre as três opções que descartou e a que efetivamente escolheu para solucionar seu dilema ético era que só a última garantiria o êxito do trabalho de pesquisa. Não considerou em sua argumentação o seu próprio interesse no êxito da condução de uma pesquisa com a geração de resultados publicáveis (o que configura um dos mais importantes produtos do trabalho acadêmico). Ou seja, o autor não levou em conta seu dilema do ponto de vista das pressões produtivistas a que também os acadêmicos estão sujeitos, e que se manifestam especialmente nos dilemas que põem em xeque a realização da pesquisa.

Tal problema também é observado no caso apresentado em Alcadipani e Hodgson (2009), sobre a realização da pesquisa de cunho crítico. De acordo com os autores, os problemas éticos dos estudos críticos em Administração (*Critical Management Studies*) emergem da condição de o pesquisador necessitar ter acesso a uma realidade organizacional que, em grande parte, irá criticar ou denunciar. Assim, apontam que é necessário, para a realização da pesquisa de cunho crítico, omitir as reais intenções do pesquisador, visando a obter a confiança dos pesquisados e, dessa forma, obter informações que alimentem o estudo.

É interessante notar o paradoxo dessa atitude, pois, nos estudos críticos em Administração, segundo outro artigo de um destes autores (DAVEL e ALCADIPANI, 2003), um dos princípios é contribuir para a emancipação do sujeito explorado no contexto das organizações. A questão que emerge é a seguinte: como visar a esse intento emancipatório quando se faz necessário manipular os sujeitos pesquisados, com a finalidade de obter êxito na consecução da pesquisa? Para emancipar é preciso manipular?

Tanto o caso de Taylor (1987) quanto o relato confessional de Alcadipani e Hodgson (2009) evidenciam que, em sua relação com os outros, o pesquisador pode assumir um comportamento estratégico, ou seja, um comportamento que desconsidera a percepção dos interesses daqueles diretamente envolvidos ou afetados pela prática acadêmica, em nome do sucesso pragmático da ação com a qual está envolvido. Essa relativização do julgamento ético-moral do acadêmico em função de critérios pragmáticos também pode ser observada em outras práticas acadêmicas. Além da execução do trabalho de campo, podemos considerar atividades acadêmicas passíveis de orientação estratégica a avaliação de trabalhos para revistas científicas, conforme mencionado por Resnik, Gutierrez-Ford e Peddada (2008), as atividades de ensino, lembradas por Tabachnick, Keith-Spiegel e Pope (1991) e o processo de investigação tomado de forma ampla, como descrito por Mattos (2012). Tais atividades estão diretamente relacionadas ao produtivismo acadêmico que, especificamente em relação ao contexto brasileiro, vem sendo observado como um fenômeno crescente e preocupante, como veremos na seção seguinte.

PRODUTIVISMO NA ACADEMIA BRASILEIRA EM ADMINISTRAÇÃO

Segundo Sguissardi (2016), pesquisador reconhecido por seus estudos sobre educação superior no Brasil, o “produtivismo acadêmico” pode ser compreendido como um

[...] fenômeno em geral derivado dos processos oficiais ou não de regulação e controle, supostamente de avaliação, que se caracteriza pela excessiva valorização da quantidade da produção científico-acadêmica, tendendo a desconsiderar a sua qualidade. Este fenômeno – cultura ou ideologia – tem sua origem nos anos 1950, nos EUA. Tornou-se mundialmente conhecido pela expressão *publish or perish*, significando que os professores/pesquisadores universitários que não publicassem de acordo com os

parâmetros postos como ideais pelos órgãos financiadores, pela burocracia universitária ou pelo mercado, veriam sua carreira definhar e fenercer (SGUSSARDI, 2016).

A postura crítica em relação ao produtivismo acadêmico também é observada por autores da área de Administração, que o consideram um fenômeno perigoso decorrente da burocratização da atividade acadêmica. Nesse sentido, Tragtenberg (2009, p. 6) não é menos ácido em sua crítica à forma como se faz pesquisa científica no Brasil, afirmando que “a publicação a qualquer preço de um texto qualquer constitui-se no metro para medir o sucesso universitário”. E continua, mais adiante: “a criação do conhecimento e sua reprodução cedem lugar ao controle burocrático de sua produção como suprema virtude” (TRAGTENBERG, 2009, p. 7).

Na verdade, a preocupação com a burocratização no processo de avaliação e controle da atividade acadêmica não é nova. Nos últimos anos, têm-se intensificado no Brasil os questionamentos sobre avaliações quantitativas, que supostamente garantiriam a qualidade das pesquisas. Isso ocorre entre pesquisadores da área da Administração (ALCADIPANI, 2011a, 2011b; FARIA, 2011; FREITAS, 2011; MENEGHETTI, 2011a, 2011b; MACHADO e BIANCHETTI, 2011; MATTOS, 2012; BERTERO, VASCONCELOS, BINDER et al., 2013), mas também entre investigadores de outras áreas das Ciências Humanas e Sociais, como da Educação (SGUSSARDI e SILVA JÚNIOR, 2009; SGUSSARDI, 2010; NOSELLA, 2010; SANTOS, 2010; ANPED, 2011; TREVISAN, DEVECHI e DIAS, 2013) e das Ciências Sociais e Políticas (LUZ, 2005; RAMÍREZ-GÁLVEZ, 2009; ANDES-SN, 2011). Entretanto, é notório que a lógica quantitativa nos mecanismos de avaliação da atividade acadêmica se inspira nos critérios burocráticos de avaliação da produtividade do trabalhador capitalista⁵.

Como parte do esforço de regulamentação da atividade acadêmica, o 5º Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG 2011-2020), lançado durante o segundo semestre de 2011, está gradualmente sendo incorporado pela comunidade acadêmica e diversos debates têm ocorrido nas universidades brasileiras sobre o conteúdo dos seus dois volumes (TREVISAN, DEVECHI e DIAS, 2013). O PNPG é um sintetizador das diretrizes que norteiam as políticas públicas de qualificação de pessoal em nível de mestrado e doutorado que têm sido editadas a cada seis anos com o intuito de desenvolver cenários de crescimento do sistema, metas e orçamento para a execução de ações a ele relacionadas. Diferentemente dos demais, o atual PNPG amplia o período de estabelecimento de metas para dez anos (2011-2020). Também, em função de novos papéis desempenhados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), conforme relata seu presidente, no período de elaboração do PNPG atual, foram introduzidas “ações voltadas à educação básica e à necessidade de formação para o setor empresarial”. Tal cenário torna a discussão sobre produtivismo acadêmico particularmente oportuna.

Tanto no PNPG 2005-2010 como no atual, procurou-se revisar planos anteriores. O que se constatou nessa revisão é que esses planos surgiram para contribuir com o planejamento estatal, proporcionando diretrizes essenciais à construção e ao desenvolvimento do sistema de pós-graduação no Brasil (BRASIL, 2004). Na verdade, a busca por tal organização da pós-graduação vem sendo discutida desde o surgimento da Capes, em 1976-1977. Todavia, alguns autores entendem que o debate no âmbito da Capes envolve “discussões que buscam analisar os critérios de acompanhamento e avaliação de cursos de pós-graduação, que muitos docentes e discentes têm entendido como recurso para ‘medir’ ou ‘controlar’ os seus níveis de qualidade” (TREVISAN, DEVECHI e DIAS, 2013, p. 374). O problema surge quando a ênfase no controle e na orientação meramente quantitativa acaba por induzir a omissão de aspectos de ordem ética. Esse problema parece se evidenciar no momento atual, o que justificaria a maior preocupação da comunidade acadêmica com o crescimento do produtivismo. Vinte anos depois do seu surgimento, a Capes intensificou o sistema de “medição e controle” de pesquisadores e programas de pós-graduação pelo atual modelo de avaliação do *stricto sensu*, baseada em critérios quantitativos de produção acadêmica. Esse modelo tem sido criticado pela comunidade por ser um processo que considera muito mais o quanto um docente/pesquisador publica do que a qualidade ou o benefício científico, público e social do que é publicado. Enfatiza-se a produtividade, não a recepção ou o interesse público-social do produzido (SGUSSARDI, 2010).

Alinhada a tal raciocínio, a pesquisa de Sguissardi e Silva Júnior (2009) demonstra que as universidades têm operado cada vez mais segundo um enfoque gerencialista, fundamentando-se no pragmatismo produtivista advindo da lógica fordista, o

⁵ É claro que, ao criticar a burocratização característica do produtivismo acadêmico, não estamos de todo apontando a burocracia como algo totalmente inadequado aos processos formais de avaliação acadêmica. Como sugerem Motta e Pereira (2004), a normatização quantitativa, além de servir ao critério da impessoalidade burocrática, também serve à precisão formalística, o que garante maior eficiência para controlar um número cada vez maior de pesquisadores-docentes. O aspecto do sistema de controle burocrático considerado nocivo é justamente o uso personalístico da normatização burocrática, o que Merton (1971) chamou de disfunção da personalidade burocrática.

que também é percebido por numerosos outros autores (ALCADIPANI, 2011a; BERTERO, VASCONCELOS, BINDER et al., 2013; MENEGHETTI, 2011a). Sguissardi e Silva Júnior (2009, p. 192-193) defendem que três elementos definiram essa lógica produtivista que atualmente estamos vivenciando na pós-graduação: 1) o papel que a Capes passou a ocupar na reorganização da pós-graduação no país; 2) o papel indutor à pesquisa aplicada atribuído ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que tem distribuído grande soma de recursos financeiros por meio de editais, convênios e funções de variada natureza; e 3) o mercado que se põe dentro da universidade e a universidade que se põe no mercado, possibilitando o trânsito entre pesquisadores e setor produtivo. Os autores reconhecem que, a partir da década de 1990, esses elementos se intensificam com as reformas institucionais do Estado, em especial da educação superior.

Assim, a mundialização do capital, intensificada nas últimas décadas do século XX, influenciou fortemente as políticas públicas no geral (*vide reforma do aparelho do Estado em 1995*) (SANTOS, 2010). Na educação, isso se refletiu na centralidade atribuída à pesquisa e à educação superior, bem como na naturalização do produtivismo acadêmico de base quantitativa, conforme evidenciado nos últimos PNPG e, por sua vez, percebido pelos pesquisadores na forma das atuais pressões que as agências de fomento lhes têm imposto.

Ao analisar tal cenário, Luz (2005, p. 45) considera o encaminhamento dado pelos PNPG como um “trágico equívoco pedagógico para a nação”, pois concentra as atividades de pesquisa junto ao sistema educacional (“hierarquização dos produtores”), permitindo a criação de uma política de pós-graduação como nicho institucional legitimado e privilegiado, conforme ocorre até os dias de hoje. Ainda nesse sentido, Trevisian, Devechi e Dias (2013) ressaltam que, apesar de as novas diretrizes do PNPG 2011-2020 apontarem para a introdução de “novos parâmetros e procedimentos nos processos” (BRASIL, 2010, p. 22), a ideia central “não é repensar a avaliação, mas oferecer apoio aos grupos emergentes para alcançar a excelência junto aos critérios já existentes” (TREVISIAN, DEVECHI e DIAS, 2013, p. 378).

Na pressão pelo produtivismo intelectual, “publica-se de forma ansiosa todo o tipo de texto em periódicos” (NOSELLA, 2010, p. 179), permitindo que “práticas superficiais e levianas, como a reprodução da mesma ideia em vários textos” (TREVISIAN, DEVECHI e DIAS, 2013, p. 375), “usando a mesma base teórica, com os mesmos autores [...] viabilize análises dentro de categorias já definidas [...] pelo professor orientador” (MENEGHETTI, 2011b, p. 344). Assim, por um lado, observam-se mestrandos e doutorandos buscando “engrossar” seu currículo *Lattes* para futuras contratações em universidades, por meio da quantidade de produções

[...] em geral pouco lidas ou que não têm maior importância científica –, é que ele serve de parâmetro básico para os concursos de acesso à (e progressão na) carreira acadêmica, para a obtenção de bolsas de estudo e de auxílios à pesquisa, e até, em muitos casos, para o próprio acesso a cargos administrativos (SGUSSARDI, 2010).

Particularmente na área de Administração, doutores-orientadores, seguindo os ditames estabelecidos pelo *modus operandi* da academia mercantilizada, atuam na dita “produção do conhecimento”, olvidando os aspectos sociais implicados na atividade docente e de disseminação do conhecimento. Ou, conforme diria Alcadipani (2011a, p. 1174), “enlatando sardinha em forma de *papers*”. Como bem destacam Bertero, Vasconcelos, Binder et al. (2013, p. 18), “nossos doutorandos e jovens doutores [na área de Administração] preocupam-se cada vez mais com suas publicações e pontuações e cada vez menos com a construção sólida de conhecimento e com o desenvolvimento de contribuições científicas consistentes”.

Uma alternativa apresentada por Meneghetti (2011b, p. 344-345) para qualificar a produção científica em Administração é o ensaio-teórico, como um “meio de reflexão dos intelectuais e como contraponto à lógica do produtivismo científico que se instalou na atualidade”, possibilitando que intelectuais pensem em sua realidade, “transpondo a rigidez da produção do conhecimento. [...] sua força está na autonomia do intelectual”.

Entretanto, Mattos (2012) alerta para algumas formas comumente empregadas para “driblar” os rigores metodológico e formal de um artigo acadêmico e, por consequência, aumentar a “produtividade”: “Tenta-se aqui, com objetivo desmitificador, mover os olhos para certas práticas de composição e legitimação institucional de trabalhos acadêmicos – tudo, afinal, converge para o texto de artigos. Elas viabilizam muita coisa na ‘cadeia produtiva’” (MATTOS, 2012, p. 567).

Mattos (2012, p. 567) reflete ainda sobre as dificuldades de se fazer citação com “propriedade e independência”, como a prática da exclusão do “*apud*” para aumentar a quantidade de artigos e/ou livros nas referências, mesmo quando não pesquisados

e não lidos. Mattos (2012, p. 569-570) também alerta para o que ele denomina de “o poder de autorreprodução do dado” por meio do emprego de softwares de análise estatística em que “o instrumento conduz a mão do artista, multiplicando-lhe as obras”. Merece crítica ainda o fato de se “querer transferir a ambiguidade do objeto (humano, social) para o método e, neste, agir sem critérios, procedimentos claros, contextualização conceitual e teórica adequadas” (MATTOS, 2012, p. 571). Por último, mas não menos importante, Mattos (2012) defende que o critério de relevância da pesquisa acadêmica deve ser externo ao meio acadêmico, para se evitar essa distorção.

Adicionalmente às “técnicas” adotadas para aumentar a produção acadêmica por meio de compilação de ideias, na lógica taylorista-fordista de produção em série e em massa, existem os que aprimoram o sistema de produção, por meio de grupos semiautônomos – como no *toyotismo* – reunindo partes de artigos de diferentes pesquisadores, conforme alertam Meneghetti (2011a) e Boava, Macedo e Sette (2012). Boava, Macedo e Sette (2012, p. 3) salientam ainda a existência de três opções para um pesquisador que se depara com pressões produtivistas: a) ajustar-se ao sistema e tornar-se um componente da denominada fábrica de artigos; b) continuar pesquisando em seu ritmo e com base nas concepções que acredita serem válidas; c) desistir e ocupar-se apenas do ensino.

Alguns autores da área de Administração têm levantado bandeiras de resistência à busca contínua pela quantificação da produção acadêmica em detrimento da qualificação do conhecimento. Assim, algumas vozes têm emergido na área da Administração, não só questionando o *status quo*, mas também apresentando proposições para mudanças. Em 2011, durante o Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa em Administração e Contabilidade (EnEPQ), foi desenvolvido um painel denominado “Produtivismo Científico” que deu origem a três ensaios publicados na seção “Opinião de Cadernos EBAPE.BR” (v. 9, n. 4, 2011). Nele Alcadipani (2011b) apresenta sete perturbações: 1) não solicitar aos alunos de mestrado/doutorado que escrevam artigos sobre o que não têm interesse; 2) não colocar nomes em trabalhos com os quais não se contribuiu; 3) demonstrar solidariedade com os pesquisadores sêniores que tenham uma história acadêmica sólida; 4) fugir do discurso fácil de que a Capes é o demônio; 5) exigir dos periódicos boas avaliações e que sejam geridos por acadêmicos (e não secretárias); 6) organizar associações de pesquisadores que representem os interesses dos pesquisadores; e 7) não assumir cargos administrativos apenas para ter poder.

Bertero, Vasconcelos, Binder et al. (2013), ao analisarem a produção científica brasileira da última década, apresentam algumas propostas para reflexão: 1) focar no Brasil, por meio do desenvolvimento de conhecimento e teorias sobre temas, objetivo e fenômenos brasileiros; 2) aproximar teoria e prática, por meio de fóruns de diálogo e cooperação entre acadêmicos e praticantes da administração; 3) criar planos de pesquisa, construção de conhecimento em torno de determinados temas, objetos e fenômenos; 4) fomentar rigor, tendo em vista a liderança dos *gatekeepers*; 5) focar o impacto da produção, tendo em conta que o sistema nacional de avaliação deveria deslocar seu foco da produção para o impacto; 6) privilegiar periódicos internacionais de alto nível, com maior fator de impacto, de ampla visibilidade na comunidade internacional; 7) reformar os programas de pós-graduação; e 8) reconhecer pesquisadores e pesquisas exemplares.

De um lado, tanto as reflexões proporcionadas pela seção “Opinião de Cadernos EBAPE.BR” (ALCADIPANI, 2011; FREITAS, 2011; FARIA, 2011) quanto as proposições de Bertero, Vasconcelos, Binder et al. (2013) aqui expostas, explicitam nosso papel como pesquisadores: independentemente da intensidade de atuação que tenhamos nas agências reguladoras (Capes, CNPq etc.) e outros fóruns, “somos coautores dessa situação e não meras vítimas, já que endossamos os critérios tortos quando avaliamos os *papers*, os artigos, as dissertações e as teses” (FREITAS, 2011, p. 1162). Algumas proposições nos podem parecer incômodas, ou até podemos discordar de outras, mas nos levam a uma reflexão sobre a situação vivenciada por pesquisadores, orientadores, mestrandos, doutorandos, avaliadores etc. De outro, ao analisarmos o papel regulador do CNPq, nos deparamos com seu presidente no período de 2011 a 2015, Glaucius Oliva, afirmado em entrevista que o grande desafio para sua gestão é o desenvolvimento de procedimentos de avaliação e acompanhamento que privilegiam a qualidade, a inovação e a multidisciplinaridade e, principalmente, a intensificação da cooperação do CNPq com Capes e Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) (BRASIL, 2011). A ausência de integração entre as instituições de fomento já havia sido identificada por Axt (2004, p. 75), quando ressaltava a “duplicação de atribuições e duplicitade na alocação de recursos exigindo um aumento do controle que poderia ser dispensável”. Tal aumento de controle, advindo de diversas fontes, pode ser mais um fator influenciador no comportamento ético do pesquisador e estimulador do desenvolvimento de mecanismos para driblar as avaliações da Capes (SILVA, 2010).

Finalmente, vale ressaltar que a preocupação com o produtivismo na academia brasileira em Administração e outras áreas das Ciências Sociais não é nova, apesar do debate ter-se intensificado nos últimos anos. Tragtenberg, já em 1979, questionava a mercantilização do conhecimento e o produtivismo crescente na academia: “Em nome da ‘segurança nacional’, o intelectual acadêmico despe-se de qualquer responsabilidade social quanto ao seu papel profissional. [...] Nesse universo não cabe a simples pergunta: o conhecimento a quem e para que serve?” (TRAGTENBERG, 2009, p. 6).

É nesse quadro de intensificação do produtivismo acadêmico que se faz necessário considerar a reflexão sobre a ética e a orientação pragmática no fazer acadêmico brasileiro. À luz da teoria de Habermas (1989a; 1989b) sobre ética discursiva, o produtivismo acadêmico se condiciona pela racionalidade instrumental nas sociedades capitalistas. Esse tipo de racionalidade, que é mediado pelos sistemas do poder burocrático e do dinheiro, carece de referencial ético-moral, no sentido habermasiano de conduta ética como aquela sustentada pela consciência ontológica de “vir a ser”. No contexto da hegemonia do utilitarismo e da racionalidade instrumental, a única referência da conduta acadêmica passa a ser a pragmática, ou seja, a conduta interessada no sucesso da ação no mundo objetivo. Nessa referência pragmática, o outro passa a ser um meio para se atingir o êxito da ação.

Se considerarmos que as regras do jogo acadêmico no Brasil e em outros países também são orientadas pela lógica utilitarista e por critérios burocráticos e racionais-instrumentais, o critério pragmático na conduta acadêmica só se intensifica. É por isso que vemos cada vez mais presente na área de Administração a orientação pragmática na conduta do acadêmico, manifesta especialmente pelo interesse particularista se sobrepondo ao interesse coletivo e pela ausência de critérios que visem ao bem comum da sociedade. A própria discussão sobre o produtivismo acadêmico tal qual ela vem sendo empreendida na área de Administração (como pudemos verificar nos mencionados fóruns de EnEPQ e de *Cadernos EBAPE.BR*) não considera que a falta de ética está relacionada à crescente influência dos objetivos pragmáticos sobre a condução da atividade de pesquisa.

Para salientar essa ausência de ética, apresentamos na próxima seção uma reflexão sobre a conduta ética na prática acadêmica e sua relação com o pragmatismo produtivista da academia brasileira como pano de fundo para a reflexão, além de algumas situações hipotéticas imaginadas pelos autores deste texto com base em suas próprias experiências como membros da academia brasileira de Administração.

INQUIETAÇÕES DE TRÊS MEMBROS DA COMUNIDADE ACADÊMICA EM ADMINISTRAÇÃO NO BRASIL

Em razão da discussão prévia, apresentam-se quatro questões que apontam para a reflexão sobre a conduta ética na acadêmica, levando em conta as pressões produtivistas e os critérios pragmáticos dessas advindos. Essas questões, apresentadas provisoriamente sob o rótulo “inquietações”, podem servir para orientar estudos futuros que considerem os argumentos apresentados nas seções anteriores. Elas são apresentadas como diretrizes de investigação, mas também refletem aspectos polêmicos sobre a conduta do pesquisador diante das pressões produtivistas no trabalho acadêmico em nosso país.

Antes de serem apresentadas as inquietações, serão pontuadas situações ilustrativas por meio de uma história fictícia, em que se dramatiza o comportamento pragmático vinculado às pressões produtivistas mencionadas neste ensaio.

Todos atuamos há muito tempo em programas de pós-graduação *stricto sensu* na área de Administração, em instituições de ensino superior privadas e públicas. Da mesma forma, participamos ativamente de associações acadêmicas da área (como a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, Anpad) e como avaliadores *ad hoc* de órgãos reguladores e de fomento (como a Capes e o CNPq). Assim, apesar de a história apresentada ser fictícia, envolve práticas observadas por nós no cotidiano de nossas atividades na academia, cuja frequência não é possível precisar, mas que não causariam estranheza a nenhum pesquisador, que não seja um *new comer* ou *one-timer* (GUARIDO-FILHO, MACHADO-DA-SILVA e GONÇALVES, 2009).

Isso posto, lembramos que nossas proposições não se fundamentam em nenhum critério ou rigor acadêmico-científico positivista; apenas representam as angústias de pesquisadores membros de uma comunidade acadêmica que, como já mencionamos, vem se preocupando nos últimos anos com a forma como o produtivismo vem distorcendo ideais que levaram muitos de nós a escolher a academia como meio de vida.

Segue a situação hipotética para análise:

Um jovem pesquisador, recém-saído de seu programa de doutoramento em Administração, é convidado a integrar o corpo docente de seu programa. Nas palavras de seu orientador, ele é considerado um pesquisador brilhante e com grande potencial. O jovem pesquisador é motivado por seus ideais de contribuir para a sociedade, por meio da produção de conhecimento de qualidade e grande impacto para as questões reconhecidas como relevantes para a comunidade acadêmica.

Todavia, já em sua primeira reunião de colegiado, o jovem recém-doutor se espanta com a postura dos doutores sêniores, muitos deles seus ex-professores. A pauta envolve a produção docente. Não se discute quais temas de pesquisa são mais alinhados ao programa ou as propostas de pesquisas futuras dos professores, mas, ao invés disso, como cada um pode atingir a meta de pontos exigida pela Capes para que o programa seja considerado “muito bom”. Depois da reunião, o jovem pesquisador passa a perceber certas práticas adotadas de forma velada por alguns professores para dar conta das pressões pela produção de “pontos”. Algumas delas são: 1) a submissão de um artigo já publicado para outro congresso ou revista, alterando o título para mascarar a falta de ineditismo (especialmente quando este é exigido na submissão); 2) a exigência de um artigo como trabalho final de disciplina, que será assinado pelo professor como coautor e submetido a congressos e revistas; e 3) a submissão simultânea do mesmo trabalho a dois periódicos acadêmicos, de forma a minimizar o tempo de espera, retirando-o do processo de submissão da revista que estiver demorando mais.

Sendo fruto de ficção, tal história deve ser compreendida como um recurso literário adotado para provocar reflexão sobre o lugar da ética na vida acadêmica, em especial, sobre como devemos considerá-la com base no comportamento pragmático induzido pelo produtivismo, que se disseminou na atividade acadêmica da área de Administração. Não se afirma que determinado comportamento é certo ou errado; a história apenas aborda exemplos que refletem atitudes que podem ter implicações éticas, as quais merecem ser francamente debatidas, sob pena de se assumir uma orientação contraditória aos valores que se supõe nortearem a prática acadêmica.

Assim, passamos a discutir as inquietações que podem servir como agenda para um debate ético e sobre ética na academia brasileira de Administração.

As questões pragmáticas interferem na definição dos critérios éticos da comunidade acadêmica?

Essa primeira questão leva em conta a preocupação sobre até que ponto a comunidade acadêmica em Administração vem flexibilizando seus critérios ético-morais por conta das pressões pragmáticas do trabalho acadêmico. Até que ponto vemos os pesquisadores mudando seus critérios sobre o certo e o errado com relação às suas práticas em decorrência da pressão pelos pontos da Capes? Para responder a essa inquietação, faz-se necessário que se observem longitudinalmente as possíveis mudanças nos critérios éticos considerados pelos acadêmicos, tendo em vista as transformações institucionais de ordem produtivista. Levando em conta ainda a especialização da comunidade acadêmica, de modo geral, é possível também se investigar se há diferenças nos critérios entre as diferentes áreas acadêmicas (por exemplo, comparando-se a Filosofia à Administração, será que há entendimentos distintos sobre questões de ordem prática associadas às atividades dos pesquisadores?).

Qual a frequência com que julgamentos éticos comuns à comunidade acadêmica de Administração são desrespeitados por membros desse próprio grupo em suas ações?

Essa inquietação advém da expectativa de que o comportamento das pessoas reflita seu julgamento ético e moral da seguinte forma: 1) para questões consideradas antiéticas pela maioria dos membros de uma comunidade acadêmica, espera-se que haja pouca incidência de comportamentos desviantes; 2) para questões consideradas sem implicações éticas, não há problema se ocorrer grande disparidade de comportamentos ou se as situações que as envolvam forem frequentes. Incompatibilidades entre julgamentos éticos e comportamentos, ou seja, a ocorrência frequente de situações que agridam valores éticos comumente aceitos pela comunidade, podem resultar da influência da adoção de uma ética utilitária por seus membros, fruto de uma orientação pragmática da ação (HABERMAS, 1989a). Nesse caso, poder-se-ia aventar a hipótese defendida por alguns autores de que a discrepancia entre o julgamento sobre o bom e a ação pode decorrer de pressões para produtividade (DEJOURS, 2001).

Há relação entre o perfil do pesquisador – idade, tempo na academia, afiliação institucional – e os diferentes critérios de julgamento ético que se manifestam em uma comunidade acadêmica?

Essa inquietação se baseia na expectativa de que as pressões produtivistas sejam sentidas de forma diferente pelos integrantes de uma comunidade científica, dependendo das condições nas quais cada participante as vivencie. Por exemplo, um acadêmico mais experiente, por ter experienciado outras condições de exigência de produtividade acadêmica em períodos anteriores de sua carreira, pode ter atitude distinta de um novato ao ser confrontado com pressões produtivistas, em relação a certos critérios de julgamento ético. Da mesma forma, um pesquisador afiliado a uma instituição de ensino e pesquisa de grande reputação, por exemplo, pode sofrer pressões produtivistas distintas daquele vinculado a uma instituição marginal. Se considerarmos que as pressões produtivistas por parte dos órgãos reguladores vêm aumentando a cada novo ciclo de avaliação dos programas de mestrado e doutorado, é de se imaginar que esteja ocorrendo uma homogeneização da pressão, mas em níveis mais elevados do que os experimentados por muitos no passado.

O fato de um critério de julgamento ético ter implicações diretas para a produção científica do pesquisador é relevante como fator de “flexibilização” da ética ou desvio de comportamento?

É preciso refletir sobre se, entre diferentes problemas éticos apresentados a uma determinada comunidade acadêmica, aqueles que se relacionam diretamente com os interesses produtivistas imediatos são mais ou menos relevantes do que outros dilemas que não têm implicação direta na produção científica. Por exemplo, se considerarmos os atuais critérios da Capes sobre a publicação de artigos acadêmicos, será que os dilemas éticos que envolvem resultados da ação favoráveis ao aumento da produtividade científica do pesquisador podem estar sendo tratados de forma mais “frouxa” do que aqueles que não envolvem diretamente esses resultados. Essa questão é importante porque ajuda a verificar até que ponto os critérios se desvirtuam – mesmo que apenas se tornando menos rigorosos – a partir das pressões que os acadêmicos sofrem para o aumento de produtividade.

As inquietações apresentadas – livres de qualquer rigor ou critério positivista de verdade científica – são, como o próprio nome sugere, angústias de três pesquisadores membros da comunidade acadêmica de Administração no Brasil. Refletem pontos a serem explorados nos diferentes espaços de discussão da comunidade, no sentido de fomentar o debate e a reflexão crítica sobre como o imperativo utilitarista das sociedades modernas se faz presente em nossa própria comunidade profissional. Como discutido na Introdução deste artigo, não podemos nos esquecer de que a orientação pragmática na atividade acadêmica da área de Administração se deve ao fato de também ser essa atividade um meio de vida, inserido no sistema de capital como mais uma força produtiva a serviço da lógica de reprodução do capital. Mas, como membros dessa comunidade, não acreditamos que essa condição histórica de nossa atividade profissional seja uma fatalidade. Ao contrário, desejamos recuperar os ideais da atividade acadêmico-científica, aqueles que colocam o meio acadêmico a serviço da sociedade. Na qualidade de membros da comunidade acadêmica, nos angustiamos com a falta de caráter, com a omissão de colegas quanto aos problemas sociais e situações perniciosas com as quais nos defrontamos e a falta de cuidado e responsabilidade civil no uso de dinheiro público destinado à pesquisa. Essas questões nos levaram a escrever este ensaio e nos fizeram apresentar inquietações que pretendem, no mínimo, apontar para situações-problema que fomentem a reflexão em torno da prática acadêmica e o seu papel na sociedade brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Seguindo nosso argumento de que o problema ético na modernidade envolve a orientação pragmática das sociedades modernas, propomos que o debate sobre a ética na prática acadêmica da área de Administração será mais rico quando a comunidade discutir seriamente os critérios produtivistas dos órgãos reguladores da prática acadêmica. Antes de tudo, o produtivismo está nos órgãos de fomento à pesquisa e avaliação dos pesquisadores e nos programas de pós-graduação. Entretanto, considerando que tais órgãos são geridos pelos próprios pesquisadores, o problema da falta de critério ético-moral na prática acadêmica é engendrado por esses mesmos pesquisadores. Longe de ser algo simples, a predominância da conduta pragmática está arraigada em nossa cultura, pois tem suas raízes na ordem social e política do capitalismo e do Estado burocrático.

É em tal caminho que este artigo convida a essa reflexão sobre ética na academia, especificamente sobre o que respeita à intensificação do produtivismo nesse campo. Para motivar essa discussão, foi adotada a perspectiva de Habermas (1984; 1989a; 1989b) sobre ética discursiva e a diferenciação que decorre desse arcabouço teórico entre a orientação ético-moral e a orientação pragmática.

Por fim, não era objetivo dos autores vitimizar os pesquisadores ou demonizar as agências de fomento à pesquisa. Está claro que o produtivismo não decorre apenas da existência de métricas ou outros incentivos para a busca de resultados práticos. Ele está no DNA da sociedade contemporânea. Os mesmos acadêmicos que criticam a *fast science*, e a habilidade de se produzir trabalhos científicos com a mesma agilidade demonstrada por redes de comida rápida para preparar hambúrgueres, normalmente têm obtido sucesso em relação às métricas produtivistas que lhes são impostas. Conforme observa um leitor de uma versão preliminar deste ensaio, os artigos assim redigidos representam, seguramente, mais motivo de orgulho do que de embaraço ao serem elencados para inserção no sistema de avaliação de programas da Capes.

Os autores pretendem dedicar mais tempo e esforço ao tema nos próximos anos. As ideias apresentadas neste ensaio são resultado de um debate entusiasmado que se iniciou entre os autores deste trabalho, que, como membros da comunidade acadêmica, se viram intrigados com o possível embate entre suas convicções éticas e as pressões pragmáticas a que são submetidos em suas atividades regulares de pesquisa.

Não somos mais éticos ou menos afetados pelo pragmatismo do que nenhum de nossos colegas. Ironicamente, poscionamo-nos contra o produtivismo e a conduta pragmática por meio da mesma prática criticada por nós, a produção de artigos em revistas qualificadas pela Capes; isso, de certa forma, corrobora a opinião do leitor mencionado no parágrafo anterior, de que o sentimento com relação ao resultado dos esforços pela obtenção da produção é paradoxal: o que nos momentos de avaliação utilitarista dos resultados se mostra um número para se orgulhar, se transforma rapidamente em motivo de embaraço, quando se para para refletir sobre aonde isso tudo está nos levando.

O pragmatismo e o utilitarismo de nossa sociedade nos empurram para uma lógica quantitativista ao extremo e isso ocorre, em muitos casos, sem que tenhamos tempo de refletir profundamente sobre o caminho que está sendo tomado. Faz sentido a forma como estamos contribuindo para o conhecimento humano? Ou deveríamos parar e (re)construir a ética de nossa comunidade científica, de modo que se preservem valores substantivos da academia, possibilitando que a universidade funcione como um local para a reflexão sobre caminhos para nossa sociedade, talvez mais igualitários, e não apenas um lugar onde as mazelas que afligem outros setores da sociedade eventualmente demoram um pouco mais a chegar, mas são replicados em sua plenitude? Longe de ter uma resposta para essas indagações, pretendemos provocar em nossos colegas da comunidade acadêmica de Administração mais angústia para que, quem sabe, consigamos nos mobilizar para um futuro melhor, ou deveríamos dizer... mais ético?

REFERÊNCIAS

- ADORNO, T.; HORKHEIMER, M. **Dialética do esclarecimento:** fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- ALCADIPANI, R. Academia e a fábrica de sardinhas. **Organizações & Sociedade**, v. 18, n. 57, p. 345-348, 2011a.
- ALCADIPANI, R. Resistir ao produtivismo: uma ode à perturbação Acadêmica. **Cad. EBAPE.BR**, v. 9, n. 4, p. 1174-1178, 2011b.
- ALCADIPANI, R.; HODGSON, D. By any means necessary? Ethnographic access, ethics and the critical researcher. **Tamara: Journal of Critical Postmodern Organization Science**, v. 7, n. 3/4, p. 127-146, 2009.
- ANDERY, M. A. et al. **Para compreender a ciência:** uma perspectiva histórica. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.
- ARAGÃO, L. M. C. **Razão comunicativa e teoria social crítica em Jürgen Habermas.** 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.
- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO – ANPED. Por um plano nacional de educação (2011-2020) como política de Estado: documento. 2011. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/app/webroot/files/PLANO%20NACIONAL%20Portal.pdf>>. Acesso em: 21 set. 2013.
- AXT, M. O pesquisador frente à avaliação na pós-graduação: em pauta novos modos de subjetivação. **Psicologia & Sociedade**, v. 16, n. Edição especial, p. 69-85, 2004.
- BERTERO, C. O. et al. Produção científica brasileira em administração na década de 2000. **Revista de Administração de Empresas**, v. 53, n. 1, p. 12-20, 2013.
- BOAVA, D. L. T.; MACEDO, F. M. F.; SETTE, R. S. Contribuições do ensaio teórico para os estudos organizacionais. In: ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS DA ANPAD, 7., Curitiba. **Anais...** Curitiba: ANPAD, 2012.
- BRASIL. **Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) 2005-2010.** Brasília, DF: Ministério da Educação, 2004. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/sobre-a-capes/plano-nacional-de-pos-graduacao/pnpgs-anteriores>>. Acesso em: 10 ago. 2011.
- BRASIL. **Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) 2011-2020.** Brasília, DF: Ministério da Educação, 2010. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/sobre-a-capes/plano-nacional-de-pos-graduacao>>. Acesso em: 20 abr. 2012.
- BRASIL. Sala de imprensa: com a palavra, o Presidente. 2011. Disponível em: <<http://www.cnpq.br/saladeimprensa/noticias/2011/0405.htm>>. Acesso em: 10 ago. 2011.
- BURRELL, G. Modernism, postmodernism and organizational analysis 4: the contribution of Jürgen Habermas. **Organization Studies**, v. 15, n. 1, p. 1-45, 1994.
- DAVEL, E.; ALCADIPANI, R. Estudos críticos em administração: a produção científica brasileira nos anos 1990. **Revista de Administração de Empresas**, v. 43, n. 4, p. 72-85, 2003.
- DEJOURS, C. **A banalização da injustiça social.** 4. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001.
- ENRIQUEZ, E. Os desafios éticos nas organizações modernas. **Revista de Administração de Empresas**, v. 37, n. 2, p. 6-17, 1997.
- FARIA, M. C. B. **Aristóteles:** a plenitude como horizonte do ser. São Paulo: Moderna, 1994.
- FARIA, A. Repensando produtivismo em gestão no (e a partir do) Brasil. **Cad. EBAPE.BR**, v. 9, n. 4, p. 1164-1173, 2011.
- FREITAG, B. **A teoria crítica:** ontem e hoje. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- FREITAS, M. O pesquisador hoje: entre o artesanato intelectual e a produção em série. **Cad. EBAPE.BR**, v. 9, n. 4, p. 1158-1163, 2011.
- GUARIDO FILHO, E. R.; MACHADO-DA-SILVA, C. L.; GONÇALVES, S. A. Organizational institutionalism in the academic field in Brazil: social dynamics and networks. **Brazilian Administration Review**, v. 6, n. 4, p. 299-315, 2009.
- HABERMAS, J. **Theory of communicative action:** reason and the rationalization of society. Boston, MA: Beacon, 1984. v. 1.
- HABERMAS, J. **Theory of communicative action:** lifeworld and system, a critique of functionalist reason. Boston, MA: Beacon, 1987. v. 2.
- HABERMAS, J. Para o uso pragmático, ético e moral da razão prática. **Estudos Avançados**, v. 3, n. 7, p. 4-19, 1989a.
- HABERMAS, J. **Consciência moral e agir comunicativo.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989b.
- HABERMAS, J. **Pensamento pós-metafísico.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990.
- KANT, I. **Crítica da razão prática.** São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- LUZ, M. T. Prometeu acorrentado: análise sociológica da categoria produtividade e as condições atuais da vida acadêmica. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 15, n. 1, p. 39-57, 2005.
- MACHADO, A. M. N.; BIANCHETTI, L. (Des)fetichização do produtivismo acadêmico: desafios para o trabalhador-pesquisador. **Revista de Administração de Empresas**, v. 51, n. 3, p. 244-254, 2011.
- MARSHALL, C.; ROSSMAN, G. **Designing qualitative research.** 3. ed. London: Sage, 1999.
- MATTOS, P. L. Pés de barro do texto “produtivista” na academia. **Revista de Administração de Empresas**, v. 52, n. 5, p. 566-573, 2012.
- MENEGHETTI, F. K. O que é um ensaio teórico? **Revista de Administração Contemporânea**, v. 15, n. 2, p. 320-332, 2011a.
- MENEGHETTI, F. K. Tréplica: o que é um ensaio teórico? Tréplica à Professora Kazue Saito Monteiro de Barros e ao Professor Carlos Osmar Bertero. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 15, n. 2, p. 343-348, 2011b.
- MERTON, Robert King. **Estrutura burocrática e personalidade.** In: Sociologia da Burocracia. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.
- MOTTA, F. C. P.; PEREIRA, L. C. B. **Introdução à organização burocrática.** São Paulo: Thompson, 2004.

- NOSELLA, P. A pesquisa em educação: um balanço da produção dos pós-graduação. **Revista Brasileira de Educação**, v. 15, n. 43, p. 177-203, 2010.
- PATRUS, R.; DANTAS, D. C.; SHIGAKI, H. B. O produtivismo acadêmico e seus impactos na pós-graduação *stricto sensu*: uma ameaça à solidariedade entre pares? **Cad. EBAPE.BR**, v. 13, n. 1, artigo 1, 2015.
- PETTIT, P. Consequentialism. In: SINGER, P. (Org.). **A companion to ethics**. Oxford: Blackwell, 1991. 230-240 p.
- RAMÍREZ-GÁLVEZ, M. Apresentação: algumas considerações sobre a cultura da avaliação. **Mediações**, v. 14, n. 1, p. 11-23, 2009.
- RAMOS, A. G. **A nova ciência das organizações**: uma reconceituação da riqueza das nações. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1989.
- RESNIK, D. B.; GUTIERREZ-FORD, C.; PEDDADA, S. Perceptions of ethical problems with scientific journal peer review: an exploratory study. **Science and Engineering Ethics**, v. 14, n. 3, p. 305-310, 2008.
- SANTOS, B. S. **Introdução a uma ciência pós-moderna**. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2000.
- SANTOS, R. O problema da técnica e a crítica à tradição na ética de Hans Jonas. **Revista Dissertatio de Filosofia**, v. 30, p. 269-291, 2009.
- SANTOS, R. Responsabilidade e consequencialismo na ética de Hans Jonas. **Revista de Filosofia Aurora**, v. 24, n. 35, p. 417-433, 2012.
- SANTOS, S. A. A naturalização do produtivismo acadêmico no trabalho docente. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 10, n. 110, p. 147-154, 2010.
- SGUSSARDI, V. Produtivismo acadêmico. In: OLIVEIRA, D. A.; DUARTE, A. M. C.; VIEIRA, L. M. F. (Org.). **Dicionário de trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.
- SGUSSARDI, V. Produtivismo acadêmico. Disponível em: <<http://www.trabalhodocente.net.br/?pg=dicionario-verbetes&id=336>>. Acesso em: 28 fev. 2016.
- SGUSSARDI, V.; SILVA JÚNIOR, J. R. **Trabalho intensificado nas federais**: pós-graduação e produtivismo acadêmico. São Paulo: Xamã, 2009.
- SILVA, A. O. Reflexões sobre a ideologia produtivista a partir da leitura de “Trabalho intensificado nas federais: pós-graduação e produtivismo acadêmico”. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 10, n. 109, p. 139-147, 2010.
- SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR – ANDES-SN. Produtivismo acadêmico está acabando com a saúde dos docentes. 2011. Disponível em: <<http://www.andes.org.br:8080/andes/print-ultimas-noticias.andes?id=5020>>. Acesso em: 21 set. 2013.
- TABACHNICK, B. G.; KEITH-SPIEGEL, P.; POPE, K. S. Ethics of teaching: beliefs and behaviors of psychologists as educators. **American Psychologist**, n. 46, p. 506-515, 1991.
- TAYLOR, S. J. Observing abuse: professional ethics and personal morality in field research. **Qualitative Sociology**, v. 10, n. 3, p. 288-302, 1987.
- THOMPSON, J. B. **Ideologia e cultura moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
- TRAGTENBERG, M. A delinquência acadêmica. **Ponto-e-Vírgula: Revista de Ciências Sociais**, n. 5, p. 1-8, 2009. Disponível em: <<http://www.pucsp.br/ponto-e-virgula/n5/artigos/pdf/pv5-01-tragtenberg.pdf>>. Acesso em: 22 ago. 2013.
- TREVISAN, A. L.; DEVECHI, C. P. V.; DIAS, E. D. Avaliação da avaliação da pós-graduação em educação do Brasil: quanta verdade é supostável? **Avaliação (Campinas)**, v. 18, n. 2, p. 373-392, 2013.
- VASCONCELOS, I. F. F. G.; PESQUEUX, Y.; CYRINO, A. B. A teoria da ação comunicativa de Habermas e suas aplicações nas organizações: contribuições para uma agenda de pesquisa. **Cad. EBAPE.BR**, v. 12, n. Edição especial, p. 374-374, 2014.
- VIZEU, F. Ação comunicativa e estudos organizacionais. **Revista de Administração de Empresas**, v. 45, n. 4, p. 10-21, 2005.
- VIZEU, F. Potencialidades da análise histórica nos estudos organizacionais brasileiros. **Revista de Administração de Empresas**, v. 50, n. 1, p. 37-47, 2010.

Fábio Vizeu

Doutor em Administração de Empresas pela Escola de Administração de Empresas de São Paulo (FGV/EAESP); Professor do Programa de Mestrado e Doutorado em Administração da Universidade Positivo; Professor do Centro Universitário Internacional (UNINTER). E-mail: fabio.vizeu@gmail.com

Marie Anne Macadar

Doutora em Administração pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA/USP); Professora do Programa de Mestrado e Doutorado em Administração da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). E-mail: marie.macadar@pucrs.br

Alexandre Reis Graeml

Doutor em Administração de Empresas pela Escola de Administração de Empresas de São Paulo (FGV/EAESP); Professor do Programa de Pós-graduação em Administração e do Programa de Pós-graduação em Computação Aplicada da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). E-mail: graeml@utfpr.edu.br